

A Criança Surda em Seu Contexto Sociofamiliar Constituído por Membros Ouvintes: desafios e alternativas para o fortalecimento das relações familiares

Walter Ernesto Ude Marques¹

Valmir Alves dos Santos²

RESUMO

Este artigo foi desenvolvido a partir de experiências compartilhadas com crianças surdas e seus familiares, diante de suas dificuldades e desafios para enfrentar o diagnóstico da hipoacusia, bem como suas estratégias de comunicação para lidar com a presença da surdez no âmbito familiar. Para compreender esse quadro familiar, realizou-se investigação bibliográfica, numa perspectiva da psicologia sistêmica e histórico-cultural, com o objetivo de entender as organizações familiares, frente a esse cenário, e as singularidades dos sujeitos e de seu grupo para lidar com as distintas alternativas para superar este problema. Para isso, o estudo foi delineado com foco nos enfrentamentos produzidos por famílias ouvintes, considerando que trata-se de um sistema com possibilidades de auto-organizar-se perante os desafios provocados por uma criança surda no sistema familiar. No levantamento bibliográfico realizado foi possível constatar que as famílias que assumem as dificuldades comunicativas do grupo, e buscam informações sobre o assunto e apoio de profissionais, encontram mais @ facilidade para superar suas dificuldades, inclusive contribuindo significativamente para o desenvolvimento das crianças surdas, no meio escolar e nas relações sociais mais amplas. Essa capacidade de auto-organização das famílias, indica a importância de incluir os familiares, respeitando a subjetividade do grupo, nos trabalhos de escolarização e demais atendimentos voltados para a prática inclusiva de crianças diagnosticadas com hipoacusia.

Palavras Chaves: criança, famílias, linguagem, e surdez

ABSTRACT

This article was developed from shared experiences with deaf children and their families, in view of their difficulties and challenges to face the diagnosis of hearing loss, as well as their communication strategies to deal with the presence of deafness in the family context. In order to understand this family context, a bibliographical research was carried out, from a systemic and historical-cultural psychology perspective, in order to understand family organizations, in face of this scenario, and the singularities of the subjects and their group to deal with the different To overcome this problem. For this, the study was designed with focus on the confrontations produced by listening families, considering that it is a system with possibilities to self-organize in the face of the challenges caused by a deaf child in the family system. In the literature review, it was possible to verify that the families that take on the communicative difficulties of the group, and seek information on the subject and support of professionals, find it easier to overcome their difficulties, including contributing significantly to the development of deaf children in the school environment And in broader social relations. This self-organization capacity of families indicates the importance of including family members, respecting the subjectivity of the group, in the schooling work and other services aimed at the inclusive practice of children diagnosed with hearing loss.

Keywords: child, family, language and deafness

¹Dr. em Psicologia, Mestre em Educação, Professor Associado da UFMG e Adjunto da Universidade Salgado de Oliveira - campus /BH

² Psicólogo da Universidade Salgado de Oliveira,

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano é um processo complexo que integra distintos aspectos na sua configuração, o qual articula dimensões emocionais, cognitivas, físicas, culturais, e históricas nas suas formas de expressão. Este estudo propôs discutir esta complexidade humana no contexto de uma família ouvinte diante do nascimento da criança diagnosticada com comprometimento auditivo.

O nascer de uma criança com surdez, seja ela adquirida ou congênita, no contexto de uma família ouvinte, provocará uma reorganização na integração desse novo membro. No entanto, algumas famílias encontram dificuldades, por diversos fatores, para articular esse desafio na sua configuração familiar e, se consegue, se reinventa, desenvolvendo possibilidades para uma melhor interação que, segundo Vigotski (2007), contribuirá para o desenvolvimento cognitivo da criança ao experimentar, comparar, registrar, descobrir, e trocar informações na construção do seu processo de conhecimento que permitirá inseri-la no mundo como sujeito pensante. Segundo este autor soviético, a criança começa perceber o mundo não somente através dos olhos (VIGOTSKI, 2007, p.23), mas também através da fala, a qual possibilita a se construir, conhecer-se e tocar; que por meio das suas interações com o outro se constitui como sujeito social.

É através da linguagem que se passa conhecer o sujeito e sua subjetividade, que de acordo, Vigotski (2007), Wallon(2007), Costa(2004 e 2010), o sujeito se constitui por meio dos significados da linguagem tornando-se um instrumento pelo qual as pessoas se encontram para construir um mundo simbólico e transmitir aos demais formas de comunicação, compartilhando assim suas vivências.

Se os teóricos consideram a linguagem uma ferramenta que permite ao outro a ser conhecido; como entender e conhecer o sujeito, quando esta linguagem inexiste no campo da comunicação dos falantes e ouvintes?

A relevância deste estudo, parte dos pressupostos estatísticos coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), há respeito das pessoas com comprometimento auditivo. No Brasil, numa população de 9,7 milhões de brasileiros que possuem comprometimento auditivo, o que representa 5,1% da população brasileira. Deste total cerca de 2 milhões possuem uma surdez severa, e 7,5 milhões apresentam alguma dificuldade auditiva. Nesse contexto, cerca de 1 milhão, dessa população, são crianças e

jovens até 19 anos e, aproximadamente, 6,7 milhões estão concentrados nas áreas urbanas. De acordo a Organização Mundial de Saúde (2011), 28 milhões de brasileiros possuem algum tipo de problema auditivo, o que revela um quadro de 14,8% dos 190 milhões de brasileiros.

Os indicadores estatísticos apresentados pelo IBGE (2010) e OMS (2011), revelam números livres e iguais em dignidade e em direitos; dotados de razão e de consciência; tendo possibilidades em se constituir como cidadão sócio histórico-cultural, seja por intermédio da família ou doutro núcleo social cuidador.

Para isso, esta pesquisa baseou-se em alguns indicadores qualitativos utilizando aspectos quantitativos coletados empiricamente na identificação das tendências dos fenômenos, bem como utilizou de pesquisas bibliográficas por meio da consulta a livros e artigos de periódicos e revistas, como de informações disponibilizadas na internet, possibilitando mapear quais os temas mais abordados, identificando as lacunas no campo de produção científica acerca do assunto (GIL,2006).

Nesse sentido, este estudo se pautou na seguinte problematização: Como a psicologia pode contribuir para a educação de uma criança surda em sua formação como sujeito pensante e crítico no contexto familiar de ouvintes, antes de ser inserida no contexto escolar?

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS ACERCA DA CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA

A compreensão de família em seus aspectos sócio-históricos, possibilita entender e identificar possíveis contribuições da psicologia no enfrentamento familiar diante das dificuldades face ao nascimento de uma criança com surdez. Nesse sentido, a família tem se constituído como um tema relevante no campo das ciências sociais e humanas, como a antropologia, sociologia, serviço social, e psicologia, por considerarem que se trata de um fenômeno matricial na constituição do ser humano. No entanto, representa um sistema dinâmico que vem passando por mudanças históricas, culturais, econômicas e políticas que afetam a organização do grupo e as atribuições dos seus membros familiares. Diante disto, como apontam Faco e Melchior (2009, p. 127), a família atravessa a história de qualquer indivíduo ou grupo social que compartilha desse tipo de experiência social, independente da configuração familiar a qual pertence.

Historicamente, a família nuclear tem representado a unidade familiar predominante no imaginário da sociedade ocidental, baseada no modelo patriarcal, apesar das mudanças desencadeadas, principalmente, a partir da segunda metade do século XX. É preciso destacar que com as mudanças sociais na sociedade ocidental nos últimos cinquenta anos, emergiu novos conceitos e arranjos de diferentes tipos de famílias, com diferentes configurações que foram influenciadas pelo movimento feminista, a lei do divórcio, o desenvolvimento de métodos contraceptivos, a luta por direitos humanos, a defesa pelo direito à diversidade nas relações de gênero, dentre outros fatores.

Segundo o IBGE (2004) e o PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1992 à 1996), conceitua família, como um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo.

Essas breves considerações assinalam que as famílias representam sistemas dinâmicos que se alternam e se reorganizam conforme as mudanças histórico-culturais do contexto em que compartilham suas relações, apesar do modelo patriarcal, ainda, apresentar certa força simbólica que tensiona esses processos reconstrutivos no âmbito familiar.

A FAMÍLIA E SUAS ATRIBUIÇÕES SOCIAIS

A sociedade moderna ocidental criou uma ideia de que é na família onde a criança se humaniza, mas, historicamente nem sempre foi assim. Pois, as crianças que sobreviviam na Idade Média, segundo Bernartt (2009, p.4227), eram entregues aos cuidados das Amas de leites assim que nasciam, sendo assim por elas criadas, isto, no contexto das famílias ricas, porém, as crianças pobres eram inseridas no mundo do trabalho precocemente.

Na idade media as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram considerados capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio...aos sete anos de idade. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. (BERNARTT 2009, p.4227 apud ARIES,1981,p.275)

Na contemporaneidade a família têm perdido algumas atribuições sociais no cuidado e na educação dos seus membros, devido ao lugar, cada vez maior, ocupado pelas diversas instituições sanitárias, educativas, jurídicas, religiosas, e de segurança social que, embaladas por um tecnicismo social, tentam prescrever a vida dos indivíduos.

Tem percebido que as atuais políticas educacionais, implicitamente tem propagado uma concepção de uma educação para as crianças em que deverá estar sob a égide da sociedade. Porém, as famílias, ainda, constituem uma referência para os filhos, sobretudo os mais pequenos, oferecendo um lugar de segurança econômica e, mais ainda, um espaço acolhedor e de afetividade, um refúgio social, que permite defender o indivíduo frente as adversidades da vida, e, proporcionando perspectivas de futuro. Mesmo, em alguns grupos familiares não consigam proteger seus membros, possibilitando constituir-se lugares que estabelecem relações de violência, por mais de uma geração.

A socialização primária, antes destinada às famílias, vem sofrendo mudanças com a escolarização da sociedade contemporânea; que segundo Sodré (2012), a inserção precoce da criança, em horário integral, em escolas infantis, por maior que seja o empenho dos responsáveis ou familiares nos processos produtivos, diante de um mundo capitalista, cada vez mais competitivo e individualista, e acelerado pelas novas tecnologias, vem contribuindo para mudanças significativas no âmbito familiar e social.

Nota-se que a criança como indivíduo percorreu a história da humanidade por meio da inscrição de diferentes significados e atributos, os quais foram se alterando em distintos momentos históricos, devido às transformações sociais de cada época; sendo sujeitos sociais e históricos que surgiram com a sociedade capitalista, urbano-industrial (BERNARTT 2009, p. 4226). Dessa forma, a ideia de infância na atualidade não pode ser desvinculada da história social da humanidade, em contextos diferenciados, já que seu reconhecimento se deu numa rede de relações histórico-culturais.

Diante disso, a conceituação do significado de criança depende do contexto sociocultural e histórico em que ela se encontra. Todavia, no caso do Brasil, e em países que lutam em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, apoiadas pela OIT -

Organização Internacional do Trabalho e Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, por exemplo, vem construindo uma nova visão ao conceber a criança como sujeito de direitos.

A criança como sujeito de direitos é assegurado pela Constituição brasileira de 1988, e da homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, no ano de 1990; em reconhecimento de uma criança cidadã, com necessidades próprias e capacidades a serem desenvolvidas através da educação em todos os seus aspectos, capaz de construir conhecimento mediante as interações que estabelecem com outras pessoas e com o meio em que vivem, representando um marco histórico importante na história da infância contemporânea, apesar do número significativo de crianças exploradas no trabalho infantil ou em condições de miserabilidade, em países que enfrentam níveis acentuados de desigualdade social (BERNARTT 2009, p.4235). Assim, compreender a infância nos dias atuais dentro destas perspectivas, pode contribuir para novos arranjos das famílias modernas no enfrentamento das diferenças físicas, biológicas e raciais.

BREVE HISTÓRICO DA SURDEZ

Quando se olha de forma reflexiva para o percurso da história da humanidade, é possível identificar distintos momentos pelos quais a população acometida pela surdez enfrentou em diferentes períodos históricos: exclusão, segregação, integração e inclusão. Na antiguidade, eram considerados doentes, impossibilitados de se casar, de receber herança, incapazes de conviver em sociedade; sendo excluídos da convivência social, sendo que esta conceituação se perpetuou devido a visão religiosa do Período Medieval, que entendia a surdez como um castigo divino ou uma presença demoníaca. Entretanto, contraditoriamente, essa visão religiosa inspirou ações de caridade em relação aos surdos. No século XVI, o monge beneditino Pedro Ponce de León (1510-1584), que viveu no Monastério de San Salvador, na Espanha, desenvolveu um trabalho, considerado um marco na aceitação da natureza educável dos surdos, desenvolvendo uma metodologia de ensino que englobava a escrita, a oralização e a datilologia (SEEMG, 2013)).

Na segunda metade do século XVIII, o Abade L'Epée criou a primeira Escola Pública para Surdos em Paris: O Instituto Nacional de Surdos-Mudos, possibilitando uma nova perspectiva educacional em relação aos surdos, e fortalecendo o processo de criação e

organização das comunidades surdas, tanto na Europa quanto em diversos países da América. No Brasil, uma iniciativa semelhante foi desencadeada por um professor surdo, o francês Ernest Huet, em 26 de setembro de 1857, com o apoio do imperador D. Pedro II.

Historicamente, observa-se que no início da Modernidade, já se vislumbrava uma possibilidade na educação dos surdos. Nascia um novo tempo educacional para os surdos, no qual, gradativamente, a língua de sinais foi sendo empregada, aceita e reconhecida como língua dos surdos. Na atualidade, as novas perspectivas educacionais e o reconhecimento do status linguístico das línguas de sinais tem estabelecido um novo cenário para a educação de surdos (SEEMG, 2013).

Diante dessas breves considerações, acerca de algumas mudanças históricas ocorridas na família, na percepção e conceituação da criança e, com o sujeito surdo, remeto a discussão para aspectos familiares a serem discutidos.

POSSIBILIDADES INTERATIVAS: A CRIANÇA SURDA E FAMILIARES OUVINTISTAS

Na sociedade ocidental moderna a família foi concebida como o lócus privilegiado para a socialização primária da criança. No entanto, essa possibilidade varia em distintos contextos, dependendo de aspectos econômicos, afetivos, culturais e sociais, que podem facilitar ou dificultar esse processo educativo que prepara seus descendentes para a vida social além do âmbito familiar.

Quanto ao diagnóstico de uma criança com hipoacusia ou surdez, perda parcial ou total de audição, seja congênita ou gerada posteriormente por distintas patologias, constitui um desafio para a organização familiar no processo de sua humanização. Esse aspecto se torna mais evidente, considerando que a maioria das crianças surdas pertencem a famílias constituídas por membros ouvintes (IBGE, 2004). Todavia, as relações interacionais, ocorrem de forma dialética produtora de mudanças sistêmicas, nas quais os membros se alteram mutuamente, afetando e sendo afetados, numa interação entre o individual e o social, que segundo Maturana (1997, p. 43), o sujeito desenvolve uma autonomia relativa autoprodutora, que se constitui pela sua capacidade ativa diante do pluriverso dos sistemas vivos. Nesse sentido, a vida caracteriza-se como um eterno processo de conhecimento, na qual o mundo não está pronto e acabado, mas em permanente formação através das inter-relações dos seres humanos e a natureza num processo contínuo, descontínuo e ativo.

Assim, o universo da criança se constitui por um sistema racional dentro de um fundamento emocional, que por sua vez pertencem a uma cultura que dá ao racional uma validade transcendente, e ao que provém das emoções, as quais podem emergir por um caráter arbitrário e imprevisível, em determinadas circunstâncias. Nesse aspecto, Spitz (1998, p.31), ressalta que esse processo ocorre por meio do ciclo da ação-reação-ação sequencial, no quadro de referencia das relações mãe-filho ou cuidador-filho. De acordo com o autor, essa interação cria para o bebê um mundo peculiar, dentro de um clima emocional específico; permitindo o bebê capaz de transformar gradualmente os estímulos sem significado em signos significativos.

Quando diante da criança surda, que recebe a informação no campo visual sem rês-significar o saber com o valor para sua aprendizagem e não elabora e não armazena satisfatoriamente (FALCÃO 2014, p. 37-40). Nesse sentido, o bebê apenas percebe visualmente os movimentos labiais da mãe sem estabelecer significados nem representações mentais, sem estruturar a amplitude dos campos conceituais mentais, permanecendo como modelo mental fragmentado e lacunar; porém, segundo Bee (2003, p.37-38), o recém-nascido inicia a vida com a capacidade de fazer discriminações essenciais e localizar objetos com ajuda de várias pistas perceptuais que se reorganiza mentalmente, permitindo uma configuração conceitual interna onde servirá de interpretação para experiências futuras.

Contudo, a família e as crianças representam sistemas abertos capazes de desenvolver reorganizações sistêmicas diante de condições inusitadas, numa relação que possibilitará dar significado e significância através das associações aprendidas na percepção viso espacial, pois a construção estruturante dos campos conceituais e das representações mentais constituem um padrão potencializador de aprendizagem para as crianças surdas, tal como acontece com as crianças ouvintes, apenas variando o canal de percepção e de expressão. Sem uma linguagem em comum, a criança surda aprende pela elaboração de observações e análises junta à família e as pessoas do seu convívio.

PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA: ALGUMAS PECULIARIDADES

A hipoacusia, nada mais é que a perda maior ou menor da percepção normal dos sons. De acordo com Decreto nº 5.626 em seu Artigo 2º; considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Portanto a hipoacusia pode ser uma perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz, que quando apresenta esta condição, a criança é considerada surda.

A criança surda compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, diferenciando da criança ouvinte que utiliza o canal de percepção auditiva com interações verbais e escritas com base fonológica na sua interação e compreensão de mundo, que para Vigotski (2007, p.57,58), esta criança desenvolve suas habilidades através dos processos mentais superiores, como, a inteligência prática, atenção voluntária e memória; na compreensão dos signos sociais, culturais e históricos, nos processos de constituição de sua subjetividade. Estas funções são entremeadas por dois níveis: interpsicológico e intrapsicológico, que segundo Oliveira (1997, p.34) fornecem suporte para a ação do ser humano.

Para a compreensão das funções interpsicológico e intrapsicológico, necessário observar uma criança na tentativa de pegar um objeto que está fora do seu alcance, que segundo Vigotski (2007, p.57), esse processo, no gesto de apontar realizado pela criança para obter o objeto desejado, gera um comportamento gestual que é interpretado pelo outro como se a criança estivesse “solicitando” o objeto, e ao fornecê-lo, a criança passa a interpretar seu gesto, não mais como a relação dela com o objeto e sim dela com o outro. Dessa forma, houve uma alteração do processo externo, “interpsicológico”, para o interno, “intrapsicológico”, por meio da interação social, efetuada pela criança através do campo visual. É a interação face a face, segundo Oliveira (1997, p.38), que possibilita a criança surda, de forma peculiar construir conceitos, através de suas relações interpessoais concretas com o outro, através dos processos mentais superiores (VIGOTSKI, 2007).

Desse modo, a interação social tanto com os demais indivíduos ou com os elementos culturais, fornecem meios para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, que caracterizam o comportamento consciente do ser humano - atenção voluntária, percepção, memória e pensamento- que participam da construção de significados e sentidos do mundo que o cerca (VIGOTSKI, 2007). Nessa perspectiva, o processo de

internalização não ocorre passivamente, mas de maneira dinâmica havendo uma interação entre o meio cultural e a subjetividade de cada sujeito, o qual produz sentidos próprios.

Para uma melhor compreensão desse cenário, faz-se necessário entender os processos das significações dos símbolos culturais e sociais da criança com surdez.

QUANTO AOS PROCESSOS DAS SIGNIFICAÇÕES DOS SÍMBOLOS CULTURAIS E SOCIAIS DA CRIANÇA COM SURDEZ

A criança conquista o universo através da percepção do contexto que a cerca, sente a necessidade de explorar o espaço com o intuito de locomover-se no ambiente, que ao desenvolver a habilidade de “andar” e a fala venha atinge uma verdadeira importância; essas experiências em conexão com o campo visual, motor, emocional, social e intelectual mobilizam a exteriorização do pensamento por meio do uso de signos sociais na formação do pensamento e posteriormente na criação de conceitos, que segundo Vigotski (2007, p.34), são criados pelas sociedades ao longo do curso da história humana, que por sua vez estão em constante mutação na sua forma social e no nível de seu desenvolvimento cultural.

Nesse processo, a internalização dos sistemas dos signos sociais produzidos culturalmente, provoca na criança transformações comportamentais, segundo Vigotski (2007, p.13), que ao adquirir socialmente a linguagem e descobrir a importância do auxílio das mãos, possibilita-lhe certo controle do seu ambiente, na resolução de suas tarefas práticas. Ainda o teórico (VIGOTSKI 2007, p.18,19), quanto mais repetidas forem as experiências vivenciadas pelas crianças, mas elas aprendem a planejar e organizar-se cognitivamente, desenvolvendo suas atividades por meio da aquisição de um significado próprio num sistema de comportamento social.

Por outro lado, quando estas soluções de problemas estão no campo da não verbalização, o problema é resolvido sem a emissão de nenhum som, através do aspecto especial da percepção humana – o olhar –, sendo que esta percepção constitui o mundo com um sentido e significado. A percepção, segundo Vigotski (2007, p.24), é parte de um sistema dinâmico de comportamento, pois a relação entre as transformações dos processos perceptivos e as transformações em outras atividades intelectuais constituem processos de fundamental importância. Estas atividades se processam inicialmente através da

comunicação por meio dos sistemas de símbolos, que segundo Maturana (2002, p. 58-59), são observadas no ato da criança “apontar em algum domínio de objetos concretos ou abstratos”, sendo que esta operação requer “acordo mútuo que, ao constituir o apontar como distinção daquele que aponta e daquilo que é apontado”. Por isso, todo significado que a criança passa dar aos objetos observáveis por meio da linguagem deixa de ser considerado símbolo primário, enquanto esta significação incorporada a línguas de sinais tem o mesmo processo, porém, com um tempo a mais na sua conceituação.

Este processo é construído pela criança surda que reorganiza o uso da apontação recolocando-o na estrutura gramatical da língua de sinais os objetos que apresentam uma forma visual concreta, representada pelas características semelhantes que se tem em comum com o objeto que o representa “iconicidade”, que na compreensão de Eco (1984), acontece através da visão e suas relações com o ouvinte, em estabelecer conexões interpretativas do que se observa por meio de símbolos. Símbolo este que revela certos aspectos da realidade, que desafiam qualquer outro meio de conhecimento, que para Eliade (1979, p.13), são as “imagens, os símbolos, os mitos, criados pela psiquê”, que respondem uma necessidade e preenchem uma função”, criando imagens simbólicas dando suas interpretações, construindo conceitos e significações segundo a cultura, a subjetividade, na construção mental da criança.

A mente não é uma entidade única, mas é composta de uma série de faculdades especializadas em solucionar diferentes problemas adaptativos.... é um sistema de órgãos computacionais que permitiram a sobrevivência e a reprodução de nossos ancestrais no mundo físico e social. (COSTA e PEREIRA, 2009, p.11)

Neste processo de construção de significações simbólicas/visuais, a família constitui elemento importante, porque passa ser a agência responsável pela construção psicossocial e cultural da criança nos primeiros anos de vida, numa perspectiva criativa e recriativa, que chamamos de humanização (MATURANA 1997, p. 246). Sendo que esta humanização reproduz as características produzidas do gênero humano, numa dinâmica, que segundo Duarte (1996, p. 93), se constitui em apropriar-se da humanidade produzida historicamente, valorizando a transmissão da experiência histórico-social da família, na qual só é possível, segundo Maturana (1997. p. 254), a partir do momento que a criança interage com os seus pares/outro, que é a base da sua construção social.

Todavia, a criança surda é marcada por muitos estereótipos, seja através da imposição da cultura dominante, do olhar patologizante das ciências clássicas que tratam

a diferença como desvio, como também das representações nas redes midiáticas que narram o surdo como seres deficientes, contribuindo para que determinadas famílias enfrentem dificuldades na socialização de suas crianças.

REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DA CRIANÇA COM SURDEZ

A identidade representa um fenômeno dinâmico e social, ocorre por intermédio das relações interpsicológicas, abrangendo, então, experiências sociais e modos de comunicação e de pertencimento ao grupo primário social, sequenciando posteriormente nos diversos núcleos secundários sociais, sendo de extrema importância para a constituição do sujeito, que segundo Bernardino (2010, p. 2, 5), uns dos fatores na constituição da identidade do sujeito, se dá através da língua nativa e dos artefatos culturais, e, não é diferente com a pessoa surda. A língua nativa do surdo, a língua gestual visual, passa a constituir um símbolo de identidade em sua interação social e de compartilhamento de suas experiências.

A língua gestual ou de sinais, segundo Sacks (2010), trata-se de um modo singular de comunicação e de se relacionar como o mundo, possibilitando criar um conjunto de crenças, valores, costumes distintos, constituindo, assim, uma cultura identificatória surda, marcado pelo visual gestual, que cognitivamente se desenvolve por meio do campo visual. A aquisição de uma linguagem, visual gestual, é de extrema importância para o desenvolvimento de uma identidade pessoal surda, quando é integrada à sua configuração subjetiva.

Sendo assim, a família funciona como catalisador privilegiado da identificação pessoal/social, contribuindo para uma consciência de si, que segundo Perlin (1998), resulta do conjunto das interações sociais que o indivíduo provoca ou sofre. Assim o grupo familiar socializa o indivíduo e o indivíduo identifica-se com seu pertencimento grupal que, ao mesmo tempo, permite ao indivíduo diferenciar-se e agir sobre o seu ambiente e forjar sua identidade pela confrontação com diferentes situações às quais tenta responder para ser integrado em diferentes grupos sociais.

A identidade social, no conceito de Perlin (1998, p.53), é um conjunto de características que definem um grupo e que incidem na construção do sujeito, seja nas

interações que produzem exclusão ou inclusão social. Segundo a autora, o surdo se constitui dentro de um espaço social no qual se vê como parte diferente do mesmo. Esse espaço social, segundo Pelin(1998), conhecido como cultura ouvinte, criou, historicamente, um estereótipo de incapacidade, de deficiência, para o surdo. Nesse ponto, a autora ainda, compreende que o indivíduo socializa-se e constrói a sua identidade por etapas, no decurso de um longo processo que se exprime fortemente do nascimento à adolescência, e prossegue na idade adulta. De uma maneira permanente, a imagem que constrói de si próprio, as suas crenças e representações de si constituem uma organização psicológica que lhe permite selecionar as suas ações e as suas relações sociais. A construção identitária e a imagem de si asseguram assim funções essenciais para a vida individual e constituem um dos processos psíquico de grande importância.

A identidade social é caracterizada num determinado modelo com o qual o sujeito se identifica, e que se assenta numa dinâmica social influenciada pelas relações da criança e seu núcleo primário, a família, onde ela se constrói individualmente dentro das representações possíveis da cultura surda, moldando-se de acordo com maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. As identidades são aprendidas, e são construída na interação com o outro, pois, só com a interação social é que permite viver em sociedade, numa construção simbólica de abstrações de mundo de forma subjetiva, que na compreensão Strobel(2008, p. 24), se possibilita construir uma identidade, numa perspectiva perceptiva viso-espacial construída a partir das interações, que a permitem tomar consciência de sua existência, do seu corpo no espaço e no tempo, de seus conhecimentos sobre o mundo, de suas crenças, e de suas ações.

Sendo assim, entende-se a importância de compreender como a criança processa esta construção desde os primeiros anos de vida, visto que, nasce com todo o equipamento sensorial e perceptivo para se relacionar com o mundo exterior, provocando através do olhar, dos gestos e das atitudes, os comportamentos que satisfaçam as suas necessidades de uma forma ativa.

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO COM A CRIANÇA SURDA NO ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS DE UMA FAMÍLIA OUVINTE

A sociedade ocidental privilegia e conceitua a normalidade biopsíquica, àquela que está atrelada às condições do sujeito não apresentar nenhuma deformidade seja na sua estrutura biológica ou psíquica. Porém, quando num contexto familiar, o nascer de uma criança é diagnosticada com a surdez, observa-se alguns aspectos emocionais expressos de maneira conflitantes, possibilitando o surgimento de certas dificuldade psíquicas e comportamentais dos pares do infante (STROBEL 2008, p.50). Nesse momento geralmente desencadeia uma fase crítica, que na compreensão de Sacks (2010, p. 62), esta nova realidade familiar gera um sentimento de impotência, frente à tamanha barreira de comunicação com o filho, constituindo obstáculos que se tornam desafiantes para os familiares no desenvolvimento de processos adaptativos na relação com a criança, exigindo o estabelecimento de novas prioridades.

O desenvolvimento da criança é resultante do empreendimento conjunto entre ela e o adulto que dela cuida, as relações familiares influenciam intensamente na formação da pessoa, sua percepção de mundo e construção de conceitos concretos e abstratos, que terá reflexos no seu modo de existir; seja pelas normas, crenças, valores e atribuições sociais vinculados às instituições e à estrutura sociocultural da qual esses indivíduos fazem parte. É sabido, que a criança não é mera receptora dos padrões sociais oriundos do meio ambiente, já que atua permanentemente na organização deste sistema que interage. Segundo Negrelli e Marcon (2006, p.99), nesse processo interativo e de troca, a família ou seus cuidadores, contribui na construção de um estado de desenvolvimento da criança que acontece nas suas relações de convivência. As atitudes e comportamentos dos responsáveis e demais membros familiares, expressos por suas interações, têm um impacto decisivo no desenvolvimento psicossocial deste infante, favorecendo ou dificultando sua participação nos demais núcleos secundários sociais.

Diante disso, torna-se fundamental entender que as crianças surdas não são doentes ou deficientes, mas, diferentes linguisticamente, já que sua compreensão de mundo se dá por meio desde do início de vida pelo canal perceptivo visual e também na aquisição de sua própria língua, as línguas de sinais. Para isso, faz-se necessário romper barreiras do preconceito e da patologização, aceitando a criança como ser que significará o mundo pelo campo viso espacial.

Uma família ouvinte bem orientada e que tenha acesso à aprendizagem da Língua de Sinais, junto com o seu bebê, não vai necessitar de recursos extraordinários para dar-lhe uma boa educação.... (STROBEL, 2008, p.25)

A família é fundamental na colaboração de construção de mundo da criança surda nos seus primeiros anos de vida, na sua organização diante do enfrentamento das diversificadas situações sociais presentes e futuras, que no entendimento de Laborrt (2000, p. 35), é importante que seja possibilitado uma comunicação entre os dois mundos, o mundo do ruído e o do silêncio, favorecendo uma aprendizagem mútua, provocando rupturas com sentimentos de solidão geradores de angústia que reduzem o campo afetivo e simbólico da criança. A boa comunicação possibilita este encontro de dois mundos, já que na perspectiva psicanalítica o ser humano caracteriza-se por um desenvolvimento singular das relações sociais, que sustêm capacidades excepcionais de comunicação mental, e correlativamente por uma economia paradoxal dos instintos que aí se mostram essencialmente susceptíveis de conversão e de inversão não tendo efeito isolável senão de modo esporádico.

A comunicação introduz uma nova dimensão da realidade social na vida psíquica da criança, sendo através da família humana tal como todos os fenômenos sociais, segundo Lacan (1981, p. 10), desempenham atribuições primordiais na transmissão da cultura, nas tradições espirituais, na preservação dos ritos e dos costumes, da primeira educação, na repressão dos instintos, e na aquisição da língua, que por sua vez, constitui os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, em que se transmite estruturas de comportamento e de representação cujo jogo ultrapassa os limites da consciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu articular os processos de humanização das crianças surdas nas inter-relações com seus pares. Esta possibilidade de humanização é facilitada quando o processo de comunicação é favorável, permitindo a criança surda o aprendizado de sua língua nativa, Libras, para que através de sua percepção viso espacial e gestual, significar e transformar em conceitos os arquétipos familiares e os símbolos sócio histórico-culturais. Neste espaço, a criança terá possibilidades de compreender e ser compreendida em suas relações afetivas e comunicativas, contribuindo para a constituição de um sujeito pensante e crítico que através de experiências próprias se organiza de forma expressiva, proporcionando assim fortalecimento de sua identidade.

A família frente uma criança surda, será desafiada no enfrentamento não somente do cuidado afetivo, mas de prepará-la para a vida; não considerando a surdez uma patologia que precisa de cura, mas, uma pessoa que constrói e comunica linguisticamente de forma diferente, conceituando o seu mundo de maneira singular, por meio de sua percepção viso espacial.

Compreender o desenvolvimento da criança surda em sua forma única de significar e rês significar o mundo, é importante na formação de um cidadão crítico e pensante.

Este trabalho propôs trazer uma reflexão sobre a formação da criança surda como sujeito, antes de ser inserido no processo educacional, objetivando instrumentalizar educadores nos diversos setores sociais, numa compreensão de como este sujeito se organiza a partir de seu modo único de comunicar com o mundo, também instigar novas pesquisas nas diversas áreas do saber no processo do desenvolvimento psicossocial da criança com surdez, e, abrir novas perspectivas investigativas literárias, na compreensão e enfrentamento da complexidade entre a família e suas crianças que nascem surdas, possibilitando uma assistência à família, a criança, os educadores e agentes de saúde nas diversas especialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARTT, Roseane Mendes – Infância a Partir de Um Olhar Sócio-Histórico. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009 – PUCPR
- BEE, Helen, A Criança em Desenvolvimento / Helen Bee; trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese, 9 Edição, Porto Alegre: Artmed, 2003
- BERNARDINO, Elidéa Lúcia Almeida. Cultura Surda “Fundamentos da Libras” e “Libras I”, da Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- COSTA, Campos da; PEREIRA, Vera Wannmacher, Linguagem e cognição: relações interdisciplinares. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2009. p. 331.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, UNIC/Rio/, R.J – 2009.
- DECRETO No 5.626, de 22/12/2005. Lei n 10.436, de 24/04/2002 - Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n 10.098, de 19/12/ 2000.
- ECO, Umberto, Semiótica e Filosofia da Linguagem, 1984, Ed. Ática S.A.- São Paulo – SP
- ELIADE, Mircea. Imagens e Símbolos / Mircea Eliade – coleção e letras/Arcádia- Ed. Arcádia, S.A.R.L, 1979 – Lisboa – Portugal
- IBGE www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../conceitos.shtm, 2004
- FACO, Vanessa Marques Gibran e MELCHIORI, Lúcia Ebner. Conceito de família: adolescentes de zonas rural e urbana, S.P: Cultura Acadêmica, 2009
- GIL, Antônio Carlos, 1946. Como elaborar um projeto de pesquisa / Antônio Carlos Gil. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.
- MATURANA, Humberto - Emoções e linguagem na educação e na política / Humberto Maturana; 3 a Reimpressão, B.H/MG, Editora UFMG 2002
- NEGRELLI, Maria E. D; MARCON, Sonia Silva. Família e criança surda - Ciência, Cuidado e Saúde - Maringá, v. 5, n. 1, p. 98 -107, jan./abr. 2006
- LACAN, Jacques. A Família. ASSIRIO & ALVIM Soc. Editorial e Distribuidora, 2a edição —1981
- OLIVEIRA, NHD. Recomeçar: família, filhos e desafios. Artigo: <http://queconceito.com.br/familia>, Ed. UNESP, São Paulo, 2009. 236 p.
- SACKS, Oliver W., 1933- Vendo vozes : uma viagem ao mundo dos surdos / Oliver Sacks ; tradução Laura Teixeira Motta. — São Paulo, 2010.
- STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda / Karin Strobel. - Florianópolis : Ed. da UFSC, 2008. 118p.
- SEEMG - Secretária da educação do Estado de Minas Gerais. Minas interagindo em Libras, 2013.
- SODRÉ, Muniz. Reinventando a Educação: diversidade, descolonização e redes. 2a. ed., Petrópolis- RJ: Vozes, 2012
- VIGOTSKI, Lev Semenovich; A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores / L.S. Vigotski - 7°. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- QUADROS, Ronice Müller de. Estudos surdos I e III / Ronice Müller de Quadros – Petrópolis, RJ :Arara Azul, 2006. 324 p. e 2008. 300 p.